

MOBILIDADE E EXPLORAÇÃO DO TRABALHADOR RURAL ENTRE OS MUNICÍPIOS DE SÃO LUÍS DO QUITUNDE/AL E PASSO DE CAMARAGIBE/AL

Paulo Henrique Silva de Amorim¹
Mauricio Aquilante Policarpo²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a mobilidade dos cortadores de cana-de-açúcar entre os municípios alagoanos de Passo de Camaragibe e São Luís do Quitunde, procurando contribuir com algumas considerações a respeito do trabalhador volante ligado ao setor agroindustrial sucroalcooleiro, que tem por característica a mobilidade destes trabalhadores em relação à Unidade de Produção entre os municípios em análise. Para enfatizar a problemática acerca dos trabalhadores volantes no contexto atual, face a exploração massiva do trabalho no eito dos cortes, destacamos nos escritos teóricos da mobilidade da força de trabalho de Gaudemar (1976). No que se refere a metodologia empregada buscou-se a pesquisa bibliográfica de trabalhos que abordassem a temática e que poderiam ser utilizados na problematização da área de estudo. Buscou-se também a espacialização das informações para ilustrar a ação do setor sucroalcooleiro nos municípios em análise.

Palavras-chave: Trabalhador volante; Exploração do trabalho; Mobilidade do trabalho.

INTRODUÇÃO

A ciência geográfica debruça-se sobre o par dialético sociedade-natureza, emanando diversos estudos teóricos a respeito desta relação. A par disso, existe na academia uma produção científica consolidada acerca dos processos de migração dentro do território brasileiro, fazendo-se necessário um esforço para compreender que nesses estudos existem particularidades impostas pelo modo de produção capitalista no bojo das transformações espaciais. Uma dessas particularidades abordadas consiste no trabalhador volante e sua espoliação do trabalho, segundo Harvey (2013), gerando relações de exploração e lógicas impostas pelas relações de poder sustentadas pelo capital. Diante dessa conjuntura, este trabalho procura apresentar algumas considerações a respeito das “ordens” econômicas impostas ao trabalhador volante, especificamente da mesorregião do Leste Alagoano. Esses trabalhadores possuem grande ligação no setor agroindustrial sucroalcooleiro, cuja característica principal é o trabalho migratório, atrelada à necessidade de mobilidade para trabalho, surgem formas e estratégias pela ordem política e econômica que condicionam o trabalhador a um contexto de exploração.

A formação destes trabalhadores volantes se deu no decorrer do tempo, mais especialmente nas décadas finais do século XIX e ao longo do século XX (IANNI, 1977),

¹ Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia – paulohamr@gmail.com

² Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia – mauricio_policarpo@hotmail.com

voltados na monocultura da cana de açúcar após o processo de escravidão. É importante ressaltar que apesar do trabalho do escravo ser bastante parecido em termos de sua exploração e função ao trabalho volante, este último não poderia ser considerado legalmente escravo em razão da abolição da escravidão em 1888 por meio da Lei Imperial de número 3.353, sancionada em 13 de maio do mesmo ano. Por este motivo Ianni (1997) indica que o surgimento do trabalhador volante se dá ao final do século XIX, junto à abolição da escravatura, exercendo funções semelhantes ao anterior de 1888.

Nas relações modernas de exploração capitalista a qual Harvey (2013) se dedica a compreender, o autor indica que a “acumulação interminável de capital” que se configura como histórica e geograficamente perpétua, fazendo com que o capitalismo, combine, de forma contraditória, a lógica econômica contemporânea, os processos moleculares de acumulação e as estratégias políticas e militares que denomina “acumulação por espoliação”.

Diante do exposto e na situação geográfica que o artigo analisa, ressalta-se a relação dialética dos agentes econômicos, de acordo com Côrrea (1989) com destaque ao Estado, os capitalistas e principalmente os proprietários fundiários, cujo papel destes direcionam sua atenção na modernização da atividade no âmbito rural brasileiro, promovendo a expropriação do camponês por meio da recorrente modernização das técnicas de produção no campo, empregando desta maneira a mão-de-obra “libertada” do meio rural permitindo a mobilidade desse trabalhador. Essa característica relaciona-se com os estudos de Gaudemar (1976) que trabalha com a temática da mobilidade forçada, na obra intitulada: *Mobilité du travail et accumulation du capital* (Mobilidade do trabalho e acumulação do capital).

Para Gaudemar (1976) as condições de existência do capitalismo devem ser analisadas a partir da mobilidade da força de trabalho, resultado da produção dessas forças, ou seja, na transformação do camponês para o assalariado e a expropriação dos meios de produção, como apontado por Marx (1982) permitindo processo produtivo e a circulação entre as diferentes esferas de atividades que organizam o modo de produção capitalista (Gaudemar, 1976). Desta maneira, quando contextualizamos para a contemporaneidade, com a acentuada relação capitalista ao meio rural, observa-se a ação do capital no processo de expropriação dos camponeses e pequenos agricultores dos seus meios de produção, convertendo-os em assalariados rurais e mobilizando-os em espaços agrários brasileiros como condição de mão-de-obra barata.

Neste contexto, ressalta-se o que Marx (1982) apontara como “exército reserva” de mão de obra. Esses exércitos – cuja terminologia refere-se a égide da centralização do capital – são pessoas desguarnecidas de quaisquer meios de produção, apresentando-se na forma imbricada da exploração capitalista, e em função da sua realização baseia-se exclusivamente pela mobilidade forçada. O autor ainda descreve que a instrumentalidade por parte de um Estado burguês reflete, socialmente, na ação da expropriação dos meios de produção dos camponeses, impulsionando essa mobilidade forçada. Posteriormente também há a formação do trabalhador rural, o qual expropriado dos meios de produção, vende a sua força de trabalho para permanecer no campo submetido a precarização do trabalho. Muitas vezes essa população camponesa acaba a residir em áreas cujos direitos sociais como educação e saúde eram completamente inexistentes.

Essas questões históricas reverberam na contemporaneidade e implicam de maneira direta no contexto em que vivem os assalariados rurais, que enxergam na mobilidade forçada e nos trabalhos precarizados dentro do âmbito rural como alternativa única de fonte de renda, visto que do contrário não alcançariam sua inserção em outros postos de trabalho do urbano, face a baixa escolaridade e qualificação profissional.

Diante desse contexto no qual se estabelece, segundo Harvey (2013) a atual fase do capitalismo financeiro e das relações modernas de trabalho flexível, ainda assim coexistem formas de exploração do trabalho mais pretéritas, marcando a espoliação do trabalho segundo o autor. Como exemplo, no Estado de Alagoas, em especial nos municípios de Passo de Camaragibe e São Luís do Quitunde, nos deparamos com cortadores de cana de açúcar os quais são trabalhadores filhos (as) de ex-trabalhadores rurais que viveram no campo e foram expropriados durante a modernização do campo alagoense. Ou seja, percebe-se que o agronegócio ainda continua em ascensão sob a mesma lógica: modernização, tecnificação e a dialética relação entre acumulação de capital e a reprodução da espoliação do trabalho.

São como esses e outros fatores que nos levam a uma análise da mobilidade do trabalho entre os dois municípios relacionada a espoliação desses trabalhadores, abarcando a compreendendo a atuação do capital e dos agentes espaciais no meio rural para esse processo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Visando atender aos objetivos propostos por este estudo, em primeiro lugar foi realizada uma ampla revisão bibliográfica com o intuito de fornecer o aporte teórico necessário para o

desenvolvimento dos temas aqui tratados, como mobilidade do trabalho, questões migratórias, as relações sociais de produção e práticas sociais, e a exploração do trabalhador rural, promovendo desta maneira uma relação dialética entre o arcabouço teórico e a realidade expressada nos municípios em análise.

Para tratar acerca dos fluxos migratórios e dos motivos que fazem com que os trabalhadores migrem em direção à Usina Santo Antônio, foram consultados os próprios trabalhadores volantes que se dedicavam às atividades nas lavouras de cana de açúcar, a fim de observar as disparidades que são estabelecidas entre os discursos pregados pela empresa e a realidade enfrentada pelos próprios trabalhadores. Também foram coletados dados disponibilizados pelo Sindicato dos Usineiros de Alagoas – SINDAÇÚCAR de Alagoas, a fim de compreender a importância da Usina Santo Antônio e sua atração como empregadora nos municípios próximos os quais são analisados na pesquisa. A fim de ilustrar essa polarização e a mobilidade do trabalhador para a Usina em questão, foi criado um mapa que indica a espacialização dos municípios que contem trabalhadores empregados pela Usina, indicando sua atuação para além do município sede, bem como as distâncias geográficas de seu raio de ação a partir da escala disponibilizada na cartografia elaborada.

A partir disso, tornou-se possível refletir acerca da grandiosidade do impacto que a Usina desempenha na vida dos grupos sociais envolvidos e considerados neste trabalho – os volantes.

A MOBILIDADE DO TRABALHO E AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NO ÂMBITO RURAL

Para compreender a realidade apresentada no município de São Luís do Quitunde/AL junto a Passo de Camaragibe/AL, partimos de uma leitura pautada nos conceitos de Gaudemar (1976) sobre a mobilidade do trabalho. Este autor explica a mobilidade do trabalho fundado nas contradições impostas pelo modo de produção capitalista. O movimento sazonal apresentado pelos trabalhadores volantes no município sede da Usina Santo Antônio é uma das manifestações expressadas nas contradições do âmbito rural em sua égide.

A mobilidade do trabalho é um processo pelo qual o capital submete a força de trabalho para o seu desenvolvimento (FIALHO, 2013). No entanto, considera-se fundamental para a análise desse processo a compreensão do papel do trabalho e da importância que esse processo assume para a acumulação do capital. A partir disso, tem-se o trabalho, o qual deve ser analisado

sob uma característica fundante e estruturante do ser social; neste bojo, o homem é inserido num espaço cuja relação dialética entre ele e a natureza, de tal modo que, ao mesmo tempo em que se transforma a natureza, por conseguinte transforma a si mesmo.

Partindo desse pressuposto, analisemos um dos princípios básicos para a compreensão da mobilidade do trabalho, no qual observamos que os homens devem ser “livres” e que tal liberdade deve estar condicionada aos meios de produção. Ou seja, estarão livres de qualquer tipo de instrumento para a sua realização, exceto sua própria força de trabalho, que será comandada e alienada sob salários. Desta maneira, observamos que a força de trabalho é uma mercadoria, e a mobilidade do trabalho é revelada como resultante das contradições impostas pelo modo de produção capitalista, desempenhando o real sentido dessa tão ilusória “liberdade”.

A transformação do dinheiro em capital exige então que o possuidor de dinheiro encontre no mercado o trabalhador livre, e livre num duplo sentido. Primeiro, o trabalhador deve ser uma pessoa livre, dispondo à sua vontade da sua força de trabalho como de uma mercadoria que lhe pertence; em segundo lugar, não deve ter qualquer outra mercadoria para vender; deve ser, por assim dizer, livre de tudo, completamente desprovido das coisas necessárias à realização da sua força de trabalho (GAUDEMAR, 1977, p. 189).

Essa liberdade, portanto, é uma forma de privação que está pautada na impossibilidade da classe trabalhadora reproduzir socialmente sem que se submeta ao assalariamento. Tal classe trabalhadora foi proibida de se apropriar dos meios que permitem a realização do seu trabalho, restando desta maneira ter que recorrer a mobilidade para garantir a geração de renda e sobrevivência.’

Sob essa ótica da mobilidade do trabalho atrelada a força de trabalho, tem-se o trabalhador volante que, de acordo com D’Incão (1984), é resultado da expropriação de terra de pequenos produtores agrícolas em razão da intensificação das relações capitalistas que o campo vem apresentando no decorrer dos anos com o processo do êxodo rural. Desta maneira, é destacada a população expropriada do campo a partir da sua conversão para assalariados pelo próprio sistema de produção capitalista que se reproduz no espaço agrário. Essa reabsorção do camponês como expropriado e assalariado é marcada historicamente como resultado de um longo processo de miserabilidade social, em razão dos abundantes deslocamentos que os proprietários fundiários submetiam aos trabalhadores não tecnificados do campo, reafirmando-se desta maneira em poucas alternativas de emprego que restavam para esses trabalhadores no período entre os séculos XIX e XX.

Nesse contexto, são observadas condições precárias que são postas aos trabalhadores rurais, condicionando-os a prestarem trabalhos em um determinado espaço de tempo, sem que exista a garantia de moradia e trabalho. São os trabalhadores popularmente conhecidos como “temporários”, que vem sendo reproduzido em várias regiões do país, principalmente em relação às atividades associadas ao setor agroindustrial especialmente sucroalcooleiro. Tal característica ocasiona em um volumoso número de cortadores de cana-de-açúcar que são mobilizados para trabalharem nos canaviais que comportam as unidades industriais açucareiras materializadas no espaço geográfico.

No cerne do processo, é observada que a tentativa da qualificação profissional, quando contextualizada pela falta de programas de educação e de saúde pública que pouco tem a atenção por parte dos gestores públicos, tendem a refletir instrumentalmente como estratégias dos proprietários fundiários no aumento de renda, a partir da manutenção da falta da qualificação da força de trabalho local. Desta maneira, esses problemas sociais e sua manutenção serviram como estratégias para que a acumulação do capital do setor sucroalcooleiro obtivesse altos lucros, uma vez que o *déficit* educacional/profissional indubitavelmente favorecia condições ideais no processo de espoliação dos trabalhadores rurais, produzindo e gerando mais-valia para os proprietários dos meios de produção.

A MOBILIDADE E A EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS

Em meio às penosas condições de trabalho que os proprietários fundiários desempenham no campo, tem-se como objeto de análise os trabalhadores rurais alagoanos dos municípios de Passo de Camaragibe e São Luís do Quitunde dependentes da dinâmica da atividade sucroalcooleira da Usina de Santo Antônio³ para obterem renda e sobreviverem.

Os dois municípios estão localizados na mesorregião do Leste Alagoano, a 53km (São Luís do Quitunde) e 72km (Passo de Camaragibe), respectivamente, da capital do Estado de Alagoas, Maceió. As populações destes municípios possuem um nível de representatividade baixo em comparação com demais cidades do Estado. No caso de São Luís do Quitunde, a população é de 32.412 habitantes (IBGE, 2010). Já o município de Passo de Camaragibe representa menos ainda, com uma população estimada em 14.764 (IBGE, 2010).

³ A Usina Santo Antônio está localizada no município alagoano de São Luís do Quitunde.

A atividade sucroalcooleira desde sua instalação inicial em Alagoas, apresentou grande importância para a economia do Estado, e mais ainda para os proprietários das terras que dão espaço para a cultura da cana de açúcar, uma vez que a atividade sucroalcooleira enquanto setor economia é tida como a que mais gera empregos, sob o comando da iniciativa privada agroindustrial. E desta maneira, em virtude da demanda de trabalhadores para que as atividades da agroindústria seja lucrativa e estabeleça a acumulação ampliada da riqueza, observa-se a mobilidade de trabalhadores oriundos de outros municípios da mesorregião do Leste Alagoano – considerados e formados intencionalmente como mão de obra barata – cujos trabalhadores projetam na Usina, próxima às suas cidades de origem, possibilidades de emprego vendem sua força de trabalho no corte da cana-de-açúcar.

Além dessas questões, podemos observar que a partir da baixa população, atrelada a inúmeros trabalhadores estão “disponíveis” estrategicamente no Leste Alagoano e acabam se deslocando para trabalharem na Usina, conforme ilustrado na Tabela 1.

Tabela 1: Origem da mobilidade e número de trabalhadores rurais - 2012

Origem dos trabalhadores	Número de trabalhadores mobilizados
Passo de Camaragibe/AL	126
São Luís do Quitunde/AL	96
Flexeiras/AL	91
Paripueira/AL	73
Porto Calvo/AL	27
Joaquim Gomes/AL	23
Porto de Pedras/AL	21
Total	457

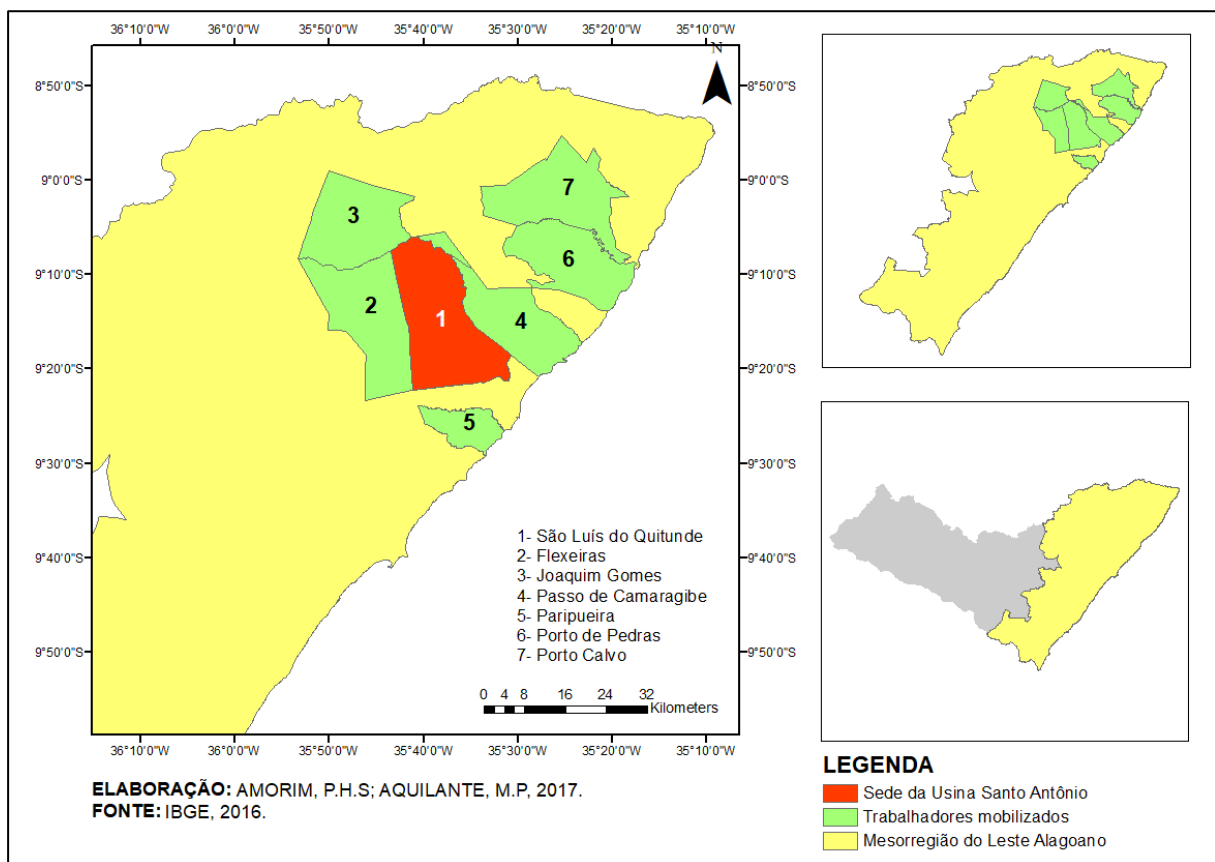
Fonte: Sindicato dos Usineiros de Alagoas – SINDAÇÚCAR/AL – 2012

A partir da tabela acima, observa-se o expressivo contingente de trabalhadores oriundos do município de Passo de Camaragibe/AL, mobilizados para a sede da Usina em São Luís do Quitunde/AL, reforçando desta maneira a mobilidade sazonal do trabalho, particularmente desse município para São Luís do Quitunde, sede da Usina. Além deste município, é possível analisar que a Usina Santo Antônio também mobiliza trabalhadores de outros municípios que

fazem parte da mesorregião do Leste Alagoano com grande expressividade, como Flexeiras e Paripueira, por exemplo.

Para melhor ilustrar essa importante dinâmica, a Figura 1 apresenta a espacialização da origem dos trabalhadores somada à localização geográfica dos municípios, além da sua configuração espacial em relação a Usina Santo Antônio, empregadora dos trabalhadores assalariados.

Figura 1: Espacialização da mobilidade dos trabalhadores rurais da Usina de Santo Antônio no Leste Alagoano em relação aos municípios.



Fonte: AMORIM, P.H.S.; AQUILANTE, M.P, 2017.

Portanto, é interessante observar que a Usina Santo Antônio exerce uma polarização importante regionalmente acerca do trabalho rural, empregando um número expressivo de trabalhadores, conforme as informações da tabela e da imagem anterior.

Com base na quantidade de trabalhadores dos vários municípios, observa-se que esses volantes se deslocam até o município gerador de empregos no mês de setembro e permanecem até março – período em que é iniciada e finalizada a safra, respectivamente. Ou seja, verifica-

se que os trabalhadores canavieiros, como são chamados, são submetidos a precárias condições de trabalho, com jornada exaustiva, em razão do expediente penoso, colocando em risco a integridade física do trabalhador; condições degradantes dos alojamentos, falta de equipamentos de proteção. Um outro problema grave e bastante comum do corte manual da cana-de-açúcar é a exposição a altas temperaturas. Isso acontece porque, antes de ser colhida, a palha da cana é queimada, o que facilita a extração e aumenta a produtividade dos trabalhadores. Além disso, a maior parte dos trabalhadores rurais são jovens, apresentando idade média entre 21 e 29 anos na maioria. Muitos deles são casados e são forçados a deixar suas famílias no local de origem ao longo da semana num espaço de tempo de 6 (seis) meses, retornando apenas aos finais de semana.

No período entressafra, os trabalhadores dos municípios mais distantes são dispensados, em razão dos serviços de plantio da cana terem uma menor necessidade de mão-de-obra do que no próprio corte. Desta maneira, o setor usineiro mobiliza apenas os trabalhadores do município sede da Usina Santo Antônio (São Luís do Quitunde), em razão da sua próxima localização. Essa estratégia de acumulação capitalista está pautada na redução de custos de transportes, moradia e alimentação dos trabalhadores. Ou seja, verifica-se que nesse momento a estratégia da Usina estará pautada exclusivamente no desempenho de atividades voltadas à moagem e processamento de produtos derivados da matéria-prima. Com isso, essas condições permitem compreender que as ações da Usina apresentam uma dinâmica perversa, que visa apenas a redução de custos nas suas operações, sem a preocupação com o destino do empregado.

É importante destacar que no contexto de uma mobilidade de trabalhadores para a zona rural de São Luís do Quitunde para trabalharem na Usina durante a safra da cana, resulta proporcionalmente, durante a entressafra, em um número maciço de trabalhadores desempregados, sem a mínima certeza de serem recontratados pela Usina.

Sob essa ótica Fritzen (1999) interpretando os escritos de Marx (1982), salienta que:

No sistema capitalista o trabalhador vende sua capacidade de trabalhar, considerada no mercado das relações de produção, uma mercadoria. E necessita vender sua força de trabalho como forma de sobrevivência. Qual deve ser o valor da força de trabalho? Sendo um ser vivo, o trabalhador precisa receber o necessário para a subsistência e reprodução de sua capacidade de trabalho, ou seja, alimento, roupa, moradia, possibilidade de criar os filhos, etc. O salário deve corresponder ao custo de sua manutenção e de sua família. (MARX, 1982, apud FRITZEN, 1999 pág. 19)

Com base no excerto do autor, os trabalhadores são qualificados como exército de mão-de-obra reserva, sendo estrutural para a redução de salários devido à alta procura por emprego

e o aumento da exploração. Por conseguinte, é identificada uma grande perversidade dos atores locais e do sistema capitalista de produção, que estrategicamente permitem processos que incentivam a falta de qualificação dos trabalhadores. E desta maneira, verifica-se a formação de um problema social para com esses trabalhadores, gerando uma grande parcela de desempregados sem quaisquer qualificação e oportunidades de renda durante pelo menos os seis meses que antecedem o novo período da safra.

Os agentes capitalistas ligados ao setor sucroalcooleiro estabelecem formas modernas de exploração do trabalho, favorecendo a espoliação dos trabalhadores rurais a fim de obterem uma acumulação ampliada da riqueza. Estabelece-se uma exploração que liga o modelo de exploração de hoje a exploração do engenho. Sobre isso Sakamoto (2001) aponta que o engenho ainda persiste, juntamente com a casa grande e a senzala. Para o autor, as relações humanas assentadas em formas modernas de acumular capital e explorar o trabalhador e a terra só ganharam uma roupagem mais contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema capitalista de produção age, por meio da ação de seus atores, na obtenção da reprodução ampliada da riqueza, conforme discutido por Harvey (2010). Uma das consequências da desse processo é contínua “mercadorização” dos objetos, incluindo o trabalho humano e o espaço. Neste contexto, os recursos naturais, trabalho, terra e relações sociais são gradativamente envoltos ao sistema, na lógica de reprodução ampliada da riqueza, pela qual os seus valores intrínsecos são transformados em mercadorias, cujo valor de troca é determinado no mercado. Dessa forma, esse modo de produção e todo o seu aparato de organização de legitimação de sua ação, contribuem para a exploração do trabalho e de sua precarização. A mercadorização e submissão da mercadoria, inclusive do trabalho pelo capital se dá por mediações do Estado, que legitima esse processo através das leis e proporciona os processos de acumulação e espoliação como indica Harvey (2010).

Destarte, a partir da intensificação das relações capitalistas no espaço geográfico, em especial neste trabalho o meio rural, os capitais organizados por seus agentes impulsionaram a expropriação de camponeses de seus meios de produção, sobretudo a terra a fim de transformá-los em assalariados rurais – mercadorias – mobilizando-os na condição de mão-de-obra barata no espaço agrário brasileiro.

Além disso, assiste-se nas décadas de 1940 a 1970 no Brasil, um intenso movimento de industrialização e conseguinte de modernização do campo, no qual, a estrutura agrária latifundiária moderna foi afirmada no espaço agrário como modelo de produção rural no Brasil. Esse fato, gerou um crescente número de pessoas que sofreram a expropriação da terra e migraram ao espaço urbano. Sem a qualificação exigida pelos empregos nas cidades, essas pessoas retornam ao campo como trabalhadores rurais submetidos as mais diversas perversidades para a acumulação ampliada do capital. Desse modo, o artigo reflete no atual momento em que vivem milhares de trabalhadores volantes que tem na mobilidade forçada e nos trabalhos precarizados no âmbito rural a única fonte de renda.

Em um contexto de incentivo as novas fontes energéticas renováveis e a substituição do petróleo, o etanol, por exemplo, passou a ser uma opção priorizada. Assim, por meio de políticas e incentivos do Estado favorecendo ao aumento da demanda por etanol – contexto da fabricação de carros a álcool e *flex-fuel* que se alargou ao final dos anos 1990, somada a crise ambiental e econômica, devido à escassez e impactos ambientais de fontes de energias fósseis não renováveis –, verifica-se uma necessidade da expansão da cana-de-açúcar, matéria prima na produção do etanol. Todavia, essa opção acarreta em efeitos em diversas escalas espaciais ao longo do território brasileiro.

Neste sentido, as discussões deste trabalho esboçaram algumas considerações da espoliação do trabalho dos trabalhadores volantes da mesorregião do Leste Alagoano, especialmente a polarização e a exploração exercida pela Usina sucroalcooleira no município alagoano de São Luís do Quitunde. Durante a composição deste artigo identificou-se vários graus de exploração ao trabalhador rural impressos pela Usina e todo o arranjo produtivo capitalista, tais como: jornada exaustiva e cada vez mais flexível gerando um expediente penoso, risco a integridade física do trabalhador; condições degradantes dos alojamentos, falta de equipamentos de proteção, perigo com animais peçonhentos, calor e desidratação; diversos fatores somados a uma exigência cada vez maior de aumento da tonelada colhida por trabalhador sob o mesmo preço.

Ademais, a precarização e a mobilidade dos trabalhadores rurais somam-se aos impactos ambientais que a agroindústria canavieira promove no local. Com o objetivo do aumento da produtividade para maior acumulação, expande-se a lavoura canavieira, moderniza-se o campo, desagrega a policultura e a agricultura camponesa e aumenta-se a exploração de novos trabalhadores.

Destarte a problemática trabalhada, é preciso dar condições a maiores espaços para debates e trabalhos que possam denunciar as condições que milhares de trabalhadores rurais, sem alternativas, acabam migrando e submetendo a uma situação de grava exploração de seu trabalho permitindo o lucro de agentes capitalistas locais e globais. É necessária a ação local, pois a estratégia da contínua expansão do capital sucroalcooleiro afetam e exploram diversos setores sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: editora Ática, 1989.

D' INCÃO. Maria Conceição. *O bóia fria. Acumulação e miséria*. Petrópolis. Vozes. 1984. 154p.

FIALHO, A. F.. Mobilidade do trabalho, trabalho e reprodução da vida no Assentamento do Projeto Casulo/BA.. In: I Simpósio Baiano de Geografia Agrária e XI Semana de Geografia da UESB, 2013, Vitória da Conquista. *O campo baiano na relação Estado, Capital, Trabalho: espaço de contradições, espaço de lutas*, 2013.

FRITZEN, A. As coordenadas de poder econômico. In: *A Tribuna*, Vitória, p. 19 - 19, 24 abr. 1999.

GAUDEMAR, Jean Paul. *Mobilité du travail et accumulation du capital*. Paris. François Maspero, 1976, 274p.

HARVEY, David. *Os limites do capital*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2010.

IANNI, Octávio. *O Estado e o trabalhador rural*. Contexto. São Paulo, nº 4, p.1-15, Nov. 1977.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades, 2010**. [Online] Disponível na internet via: www.https://cidades.ibge.gov.br/. Arquivo consultado em 01 de Junho de 2017

.MARX, Karl. *O Capital*. Tombo 1. 4ª edição. Rio de Janeiro.Zahar, 1982, 395p.

RIBEIRO, Victor Hugo; ROCHA, Márcio Mendes. *Exploração e alienação da força de trabalho: os trabalhadores da cana-de-açúcar mobilizados pelas unidades de produção de Cidade Gaúcha e Rondon-PR*. In: Revista Pegada – vol. 12 n.1, p. 85 – 103, 2011.

SAKAMOTO, L. *O Engenho resiste*. Disponível em: www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=13. Acesso em: setembro/2017.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL NO ESTADO DE ALAGOAS. Disponível em: <<https://www.sindacucar-al.com.br>> . Acesso em: 31/09/2017.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo. Annablume. 2002. 388p.